



RECOMENDAÇÕES GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA PARA A NOVA META COLETIVA QUALIFICADA SOBRE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e da população afrodescendente por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira apresenta contribuições acerca da situação das mudanças climáticas no Brasil para serem consideradas como contribuição na Nova Meta Coletiva Quantificada sobre financiamento climático (NCQG).

Destacamos aqui a inclusão do seguinte parágrafo sobre a questão racial na [Declaração Política adotada no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável \(HLPF\)](#), sob os auspícios da Assembleia Geral em setembro de 2023.

“Comprometemo-nos a intensificar nossos esforços na luta contra o racismo, todas as formas de discriminação, xenofobia e intolerância relacionada, estigmatização e discursos de ódio em todos os níveis, por meio de cooperação, parceria e inclusão, e com respeito à diversidade.”

A verdadeira justiça racial implica o fim do racismo ambiental e também implica adaptação, transição racialmente justa, mitigação e estruturas de perdas e danos que acabem com o racismo sistêmico embutido na economia global, hierarquias políticas e estruturas legais.

RECOMENDAÇÕES

1. Estabelecer novos instrumentos e mecanismos concessionais de financiamento climático voltados prioritariamente para medidas de adaptação e fortalecimento da resiliência de grupos vulnerabilizados em países subdesenvolvidos, para ampliar o montante de recursos passíveis de doação e subvenção;
2. Descentralizar a geração de energia por meio de incentivos financeiros e institucionais, estimulando iniciativas comunitárias e projetos de pequena escala voltados para a geração de energia renovável;



3. Institucionalizar a participação significativa e a tomada de decisões da população afrodescendente na governança climática global e nacional, incluindo mulheres;
4. Os países desenvolvidos devem continuar a assumir a liderança na mobilização de financiamento climático com olhar para a justiça racial e climática, a partir de uma ampla variedade de fontes, instrumentos e canais, observando o papel significativo dos fundos públicos, através de diversas ações possíveis;
5. Desenvolver indicadores de monitoramento para identificar os grupos sociais mais impactados pelas medidas de transição energética, com ênfase em renda, cor e raça, gênero e localidade. Especial atenção deve ser dada às pessoas empregadas nas cadeias de combustíveis fósseis, com destaque para situações de trabalho mais vulnerabilizadas e com piores condições, a fim de promover a inclusão produtiva e financeira dos trabalhadores e trabalhadoras mais afetados;
6. Fomentar a cooperação global para o desenvolvimento sustentável por meio de intercâmbio de dados, cooperação em ciência, tecnologia e inovação e mobilização de recursos financeiros adicionais aos países que mais necessitam – conforme estabelecido no ODS 17, "*Parcerias e meios de implementação*";
7. Integrar raça e gênero nos planos nacionais de adaptação e prevenção de desastres, garantindo que as mulheres afrodescendentes participem dos processos de formulação, implementação e recuperação por meio do acesso a recursos econômicos e políticos adequados;
8. Assegurar o financiamento público climático por parte dos países desenvolvidos para garantir a adaptação climática das regiões mais vulnerabilizadas em países em desenvolvimento;
9. Garantir acesso a financiamento para adaptação para projetos de pequena escala, com indicadores de priorização que levem em conta as mulheres afrodescendentes e as organizações socioterritoriais, simplificando os processos de submissão e prestação de contas através de informações e capacitações;